

DISCURSO DE ABERTURA - 13º CICLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS E MAGISTRADAS

Auditório Amauri Mascaro Nascimento, São Paulo/SP (24/08/2026)

Desembargador Valdir Florindo

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Há momentos na vida de uma instituição que são maiores do que aquilo que está escrito na própria programação. Este é um deles.

Hoje, quando me preparava para vir até aqui, pensei na singularidade deste momento: pelo segundo ano consecutivo, como Presidente deste Tribunal, acompanhado da EJUd2, tenho o privilégio de abrir um encontro que reúne, em um mesmo espaço, centenas de juízes e desembargadores da Justiça do Trabalho de São Paulo. E confesso que isso me toca profundamente.

Porque não é todos os dias que um Tribunal se encontra assim: não para julgar, não para decidir, não para cumprir prazos, mas para pensar, aprender, trocar experiências e refletir sobre a própria missão. Suspende nossas tarefas por algumas horas desses dias para ouvir as ideias que vão moldar o amanhã do nosso direito laboral. E talvez esteja justamente aí a grandeza deste encontro.

Hoje, este auditório não reúne apenas magistrados e magistradas. Reúne histórias, experiências, conhecimento e, sobretudo, pessoas que fizeram da Justiça uma escolha de vida.

Por isso, olhar para este auditório lotado é, para mim, motivo de alegria, de orgulho e também de esperança.

Caríssimos Colegas,

Todas as vezes que eu subo nesse palco e caminho até essa tribuna, eu olho com muito carinho para o Amauri Mascaro Nascimento. Eu vejo ali muito mais do que uma placa, mais do que uma homenagem merecida por este jurista de extraordinária importância para o desenvolvimento do Direito do Trabalho.

Eu olho nos olhos do Amauri e me recordo de algumas histórias.

Dito isso, gostaria de cumprimentar todos os presentes, na pessoa da Diretora da Escola Judicial do TRT de São Paulo, Desembargadora Bianca Bastos e parabenizar a todos os envolvidos pela excelente organização deste evento.

Começamos hoje o décimo terceiro Ciclo de Formação Continuada para Magistrados e Magistradas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Serão quatro dias de trabalho, com uma programação que trata de questões já presentes nas nossas audiências, nas sessões de julgamento, nos gabinetes e na administração das unidades judiciárias, mas que precisamos olhar para cada uma

delas com ainda maior atenção, com um olhar diferente, talvez com mais tempo ou com um tempo especial.

A formação continuada tem uma qualidade que considero especialmente importante: além de ser um momento para nos encontrarmos e colocar a conversa em dia (e isso também é importante!), ela nos retira, por algumas horas, da urgência dos processos e permite examinar com mais cuidado a própria maneira como estamos exercendo a jurisdição.

Isso faz diferença. Quem trabalha diariamente com prazos, decisões, audiências e sessões sabe como a rotina pode ocupar todo o tempo que temos. Em certos momentos, precisamos criar ocasiões especiais para refletir melhor, em conjunto.

E, por falar em ter um tempo especial para refletir, compartilho com vocês alguns pensamentos que venho tendo.

A minha gestão na Presidência do Tribunal teve início em outubro de 2024 e se aproxima de sua etapa final. Quando me perguntam há quanto tempo estou na Presidência, costumo dizer, meio de brincadeira, que já se passaram uns cinco anos. O calendário afirma que foram quase dois, mas a intensidade do trabalho produz outra sensação. Algumas semanas parecem caber dentro de um mês inteiro, e houve meses em que os acontecimentos mal esperaram a semana seguinte.

Dois anos passam muito rápido. Queríamos ter feito muito mais. Todo gestor público que leva a instituição a sério olha para aquilo que ainda falta, para os problemas que exigem mais tempo e para as ideias que não chegaram à maturidade desejada. Não é diferente comigo.

Mas divido com vocês também um outro sentimento: tenho orgulho da nossa trajetória. Posso assegurar, com absoluta tranquilidade, que nos dedicamos ao máximo e que tivemos os melhores propósitos. Buscamos melhorar a prestação jurisdicional com total respeito e valorização dos servidores e magistrados que sustentam este Tribunal todos os dias.

Essa foi a nossa missão, fundada no valor que, em diversos eventos e ocasiões, ajudou a divulgar, e aqui tenho a honra de repetir: a Justiça do Trabalho é indispensável.

Penso que, no mínimo, colocamos esse lema, com destaque, no debate contemporâneo sobre dois temas essenciais: o valor social do trabalho e a importância de um Poder Judiciário forte e independente.

Esse propósito orientou diversos projetos que desenvolvemos. Houve avanços concretos. Também encontramos limites orçamentários, entraves administrativos, condicionantes legais e realidades acumuladas ao longo de muitos anos. A administração pública ensina certa humildade: vontade e trabalho são indispensáveis, embora nem sempre consigam abreviar o tempo de que algumas soluções precisam.

A proximidade de outubro aumenta o nosso senso de urgência. Seguiremos trabalhando até o último dia com a mesma disposição do primeiro. E a experiência

desses quase dois anos deixou ainda mais clara uma convicção: a capacidade de um Tribunal responder bem ao seu tempo depende da formação permanente de seus magistrados e servidores.

As administrações cumprem períodos definidos, mas o conhecimento institucional se acumula, é compartilhado e continua produzindo efeitos muito depois delas.

O programa deste evento traduz bem a complexidade que chegou à nossa mesa. Olhamos para esses temas como gestor e, agora, temos a oportunidade de conferir um olhar mais acadêmico.

O processo estrutural aparece ao lado das discussões sobre litigância predatória e reversa, grupo econômico e recuperação judicial. A gestão de precedentes e o controle de convencionalidade se aproximam dos debates sobre prova digital, crimes cibernéticos, inteligência artificial e proteção de dados. A dimensão humanística contempla o acesso à justiça da população em situação de rua, o julgamento com perspectiva antidiscriminatória, o meio ambiente do trabalho e a sociedade do cansaço. Haverá ainda espaço para a negociação coletiva e para os poderes de polícia durante audiências e sessões.

Existe um fio que aproxima todos esses assuntos. Eles exigem uma magistratura preparada para compreender fatos novos sem perder nossos valores, aplicar a técnica com atenção às consequências concretas, exercer autoridade com equilíbrio e reconhecer os próprios limites.

O processo comum, em alguns casos, não comporta toda a complexidade dos atuais conflitos trabalhistas. A prova testemunhal convive com rastros digitais. A inteligência artificial ingressou na rotina de todos os profissionais, e não seria diferente com os operadores do direito, incluindo nós, magistrados. Ao mesmo tempo em que a tecnologia nos oferece instrumentos para agir com mais efetividade, a sobrecarga, que alcança quem procura a Justiça, também atinge quem aqui trabalha para entregá-la.

Esses são os nossos tempos, caríssimos colegas. E estamos atentos a isso.

A cada processo, somos chamados a decidir sobre fatos que ocorreram longe dos nossos olhos e que chegam ao Judiciário por narrativas, documentos, dados eletrônicos e silêncios que também precisam ser compreendidos.

A formação continuada, nesse contexto de intensa evolução, integra o dever do cargo. Ela amplia nosso repertório, ajuda a perceber os limites de uma solução aparentemente simples, reduz automatismos e oferece segurança para enfrentar o que ainda não está inteiramente estabilizado.

Há também uma dimensão humana que merece atenção especial. A programação reservou espaço para o julgamento antidiscriminatório, para pessoas em situação de rua, para o meio ambiente laboral e para o cansaço que marca a sociedade contemporânea.

São temas que recordam uma circunstância básica da nossa atividade: por mais que os dados, metas e números sejam importantes para prestarmos melhor nossa

atividade, precisamos continuar enxergando os processos para além disso, vendo os seres humanos que estão envolvidos em cada conflito.

Para além das estatísticas, quem decide continua responsável por enxergar a pessoa atingida pela decisão.

Essa mesma compreensão orientou a gestão interna do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A qualidade da jurisdição depende das condições em que ela é produzida. Por isso tratamos a valorização de magistrados e servidores como parte da própria prestação jurisdicional. A distribuição mais justa do trabalho, uma equipe com estrutura adequada, ferramentas que evitem tarefas repetitivas e espaços de escuta têm impacto direto naquilo que chega ao cidadão.

Cuidar de quem realiza a Justiça fortalece a Justiça entregue.

Sei que todos nós convivemos com cobranças legítimas por produtividade e celeridade. O Tribunal tem números muito expressivos e uma força de trabalho comprometida. Ainda assim, nenhum indicador revela sozinho a qualidade de uma audiência bem conduzida, a prudência de quem decide um caso difícil, o esforço de uma equipe ou o alívio de quem finalmente recebe uma resposta.

É isso que devemos considerar, ao longo de cada dia de trabalho.

Estamos reunidos em um local muito apropriado para essas reflexões. Estamos no Auditório Juiz Amauri Mascaro Nascimento. Como eu disse no início, o nome deste espaço ajuda a recordar a história do Direito do Trabalho e a responsabilidade de quem o aplica.

Amauri ensinava que o Direito do Trabalho é instrumento de civilização. Já disse isso aqui algumas vezes, mas essa frase merece ser repetida muitas vezes.

O Direito do Trabalho não tem um fim em si mesmo. Não estamos aqui para simplesmente defender o Direito do Trabalho. Não, não, não precisamos disso! Estamos aqui para defender que os valores mais importantes para nossa civilização sejam também assegurados ao trabalhador. Claro, sempre considerando e respeitando a livre iniciativa, conforme determina a Constituição. Mas sempre recordando que o objetivo fundamental da nossa República é construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Uma Escola Judicial participa diretamente dessa tarefa. Ao organizar um ciclo como este, ela oferece instrumentos para que a jurisdição acompanhe transformações rápidas com estudo, prudência, abertura ao diálogo e compromisso institucional.

Cada painel desta semana deve chegar à nossa atividade concreta: à condução da audiência, ao exame da prova, à construção do precedente, à gestão da unidade e ao cuidado com as pessoas que fazem o sistema funcionar.

Desejo, portanto, que aproveitemos da melhor forma estes dias dedicados ao conhecimento e à troca de ideias. Aqui estamos para concordar, discordar, fazer perguntas difíceis, rever compreensões, reforçar convicções, insistir em algumas dúvidas.

Afinal, uma boa formação proporciona conhecimento, mas também deixa inquietações. Muitas vezes, a pergunta correta acompanha o magistrado por mais tempo e produz mais efeito do que uma resposta pronta.

Agradeço à Escola Judicial e aos palestrantes por suas contribuições. Registro também meu reconhecimento aos magistrados e magistradas que reservaram estes dias para, em conjunto, refletir sobre temas tão importantes.

Antes de concluir, uma última observação. Saio daqui com uma convicção fortalecida: enquanto houver trabalho humano, transformação econômica, novas formas de contratação e conflitos que alcancem a dignidade das pessoas, a sociedade precisará de uma Justiça especializada, tecnicamente preparada e humana.

É essa capacidade que a formação continuada preserva e aperfeiçoa. Por isso, afirmo ainda mais minha convicção: A Justiça do Trabalho é indispensável!

Caríssimos colegas, que saíamos daqui sabendo um pouco mais, pensando um pouco melhor e, sobretudo, compreendendo ainda mais as pessoas e instituições a quem servimos, porque, ao final, é para elas que a Justiça existe.

Muito obrigado.